

Rocky Valley Securitizadora S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações

1. Data, Hora e Local: Realizada às 09:00 horas do dia 01 de agosto de 2025, na sede social da **Rocky Valley Securitizadora S.A.** ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Martim Francisco, nº 296, 1º andar, sala 11, Vila Buarque, CEP 01.226-000. **2. Convocação, Presença e Instalação:** Dispensada a convocação dos acionistas fundadores tendo em vista a presença de fundadores e subscritores detentores de ações ordinárias nominativas representativas de 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, restando, assim, devidamente instalada a presente Assembleia Geral. **3. Composição da Mesa:** Para presidir a presente Assembleia Geral foi eleito por unanimidade, **Mario Hilsenrath Filho**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.860.538-X SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 223.954.358-21, com endereço na Rua João Cachoeira, nº 1325, apto. 12, Vila Nova Conceição, CEP 04535-014, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que aceitando a incumbência convidou a mim, **Denis Shuiti Ueda**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 43.473.126-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 339.377.308-93, com endereço na Avenida Brigadeiro Luís Antonio, nº 3249, Jardim Paulista, CEP 01401-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para secretariá-lo, o que aceitei, assim se constituindo a mesa e dando-se início aos trabalhos. **4. Ordem do Dia:** (i) leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social da Companhia; (ii) subscrição e integralização das ações da Companhia; e (iii) eleição dos membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores. **5. Deliberações:** Após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas fundadores da Companhia deliberaram o quanto segue, à unanimidade e sem qualquer tipo de ressalva, restrição ou abstenção: (i) Leitura e aprovação do Estatuto Social – Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente submeteu-a à discussão e à votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos acionistas fundadores, passando o Estatuto Social da **Rocky Valley Securitizadora S.A.** a vigor conforme a redação estabelecida no Anexo I; (ii) Subscrição e integralização das ações – Foi aprovada a subscrição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos dos boletins de subscrição constantes do Anexo II. Ademais, foi declarado que a Companhia será constituída com capital social inicial de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo sido integralizado, neste ato, o montante equivalente de 100% (cem por cento) do capital social, em moeda corrente nacional. (iii) Eleição dos membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores. Os acionistas fundadores aprovaram a eleição de **Mario Hilsenrath Filho**, já qualificado acima, como Diretor Presidente da Companhia e como, como Diretor Vice-Presidente, **Denis Shuiti Ueda**, já qualificado acima, sendo que ambos terão mandato unificado de 02 (dois) anos, com início na presente data e termo final em 01 de agosto de 2027, sendo permitida a reeleição. Caberá futuramente à Assembleia Geral fixar a remuneração dos administradores da Companhia, até a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária de acionistas. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então, à Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, a ser lavrado em livro próprio, nos termos do Anexo III. **6. Encerramento e Declaração de Constituição:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposições de nenhum dos acionistas fundadores, declarou constituída a Companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por todos os presentes. **Mesa: Mario Hilsenrath Filho**, Presidente; **Denis Shuiti Ueda**, Diretor. **Acionistas Fundadores: Mario Hilsenrath Filho e Denis Shuiti Ueda.** **Visão do Advogado:** Everton Silva Santos, OAB/SP nº 354.038. JUCESP/NIRE nº 3530068147-9 em 26/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I – Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º - A Companhia tem a denominação de **Rocky Valley Securitizadora S.A.** e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e demais legislações aplicáveis às sociedades por ações. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: a) aquisição, negociação e alienação de direitos creditórios (CNAE 6492-1/00); b) intermediação e corretagem de negócios em geral (CNAE 7490-1/04); c) gestão de aquisições societárias (holding não financeira) (CNAE 6462-0/00); d) compra e venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01). **Artigo 3º** - A sede social da Companhia encontra-se localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Martim Francisco, nº 296, 1º andar, sala 11, Vila Buarque, CEP 01.226-000, sendo que a Companhia poderá abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios administrativos ou quaisquer representações em qualquer localidade do país ou no exterior mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **Capítulo II - Capital Social. Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), tendo sido integralizado em moeda corrente nacional. **Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária dará direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Segundo** - As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Os acionistas poderão, a qualquer momento, deliberar a emissão de ações preferenciais pela Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 6º** - A Assembleia Geral constitui órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social da Companhia: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do seu exercício social para: (a) deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia e relatório dos seus administradores; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (c) eleger os administradores e fixar a sua remuneração global; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 8º** - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser convocadas e realizadas concomitantemente no mesmo local, data e hora, e instrumentalizadas em ata única. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social ou na legislação aplicável, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral será convocada por qualquer acionista da Companhia com, no mínimo, com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio; não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo sempre ser acompanhada de todos e quaisquer documentos, que devam ser analisados ou aprovados na Assembleia ou que sirvam de fundamento para as deliberações a serem tomadas, sem prejuízo das demais formalidades aplicáveis. **Artigo 10** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do § 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 11** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. **Capítulo IV – Diretoria. Artigo 12** - A Companhia será administrada por uma Diretoria. O mandato dos diretores da Companhia será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. A Diretoria é composta por 02 (dois) membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Segundo** - Os Diretores permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos. **Artigo 13** - Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação de seu substituto. **Artigo 14** - Compete ao Diretor Presidente: (a) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócios da Companhia; (b) representar individualmente a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; e (c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria. Já o Diretor sem designação específica tem como responsabilidade auxiliar o Diretor Presidente no curso ordinário dos negócios da Companhia. **Artigo 15** - É facultado à Companhia nomear procuradores, podendo o respectivo instrumento de outorga de poderes ser assinado pelo Diretor Presidente, individualmente. **Parágrafo Único** - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **Artigo 16** - Quaisquer atos estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia praticados por qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia (como, por exemplo, outorga de avais, fianças e outras garantias) deverão ser previamente autorizados pela Assembleia Geral, sob pena de nulidade absoluta. **Capítulo V - Conselho Fiscal. Artigo 17** - A Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, poderá futuramente instituir um Conselho Fiscal, se assim julgar necessário. **Capítulo VI - Exercício Social, Resultados e sua Distribuição. Artigo 18** - O exercício social iniciar-se-á no dia 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Ao final de cada exercício social, serão levantados pela Diretoria o balanço geral, as demonstrações de resultado e os relatórios da administração. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, levantar balanços intercalares, distribuir dividendos intermediários e pagar juros sobre o capital próprio, observadas as disposições legais. **Artigo 19** - Os resultados apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em lei. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 20** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo VIII – Disposições Gerais. Artigo 21** - Ocorrendo a separação, a dissolução de sociedade conjugal, a dissolução de união estável ou o divórcio de qualquer acionista, e sendo necessário efetuar a partilha das ações de emissão da Companhia de que tal acionista seja titular, o cônjuge não integrante da Companhia não poderá, nessas circunstâncias, nela ingressar. **Artigo 22** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 23** - Os acionistas elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, como competente para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste Estatuto Social. **Artigo 24** - Fica ajustado que a presente ata será assinada eletronicamente por meio de certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP-Brasil, nos termos do artigo 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para todos os fins e efeitos previstos em lei.

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2025
1. Data, Hora e Local: Realizada aos 30 de dezembro de 2025, às 15h, na sede social da **DM Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.581.207/0001-37, com sede na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do Artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Denis César Correia, que convidou o(a) Sr. Tharik Camocardi de Moura para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: i. A alteração do objeto social da Companhia para **incluir** as atividades de Cobranças e informações cadastrais e outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificados anteriormente, com a consequente alteração do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia. ii. Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social desta companhia, que passa a vigorar conforme **Anexo I** à presente Ata. **5. Deliberações:** Instalada a assembleia e dado início à discussão das matérias indicadas na ordem do dia, a totalidade dos acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, decidem: (i) Em razão da deliberação acima, o Artigo 2º, será alterado. Assim, referido artigo do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto, aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; obter, junto a instituições financeiras, financiamento em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome deles; conceder fiança, assumindo os riscos do inadimplimento dos portadores de cartões perante as instituições financeiras; prestar serviços de administração do financiamento, de consultoria, planejamento e de treinamento relacionados a cartões de crédito; desenvolver e implantar sistemas de automação relacionados ao funcionamento de cartões de crédito; desenvolver e administrar programas de relacionamento entre consumidores, lojistas, indústrias e outras empresas de serviços, incluindo programas de fidelidade e incentivo, além da produção de materiais associados, como cartões personalizados e materiais de divulgação; prestar serviços de call center e teleatendimento; Atividades de cobrança e gestão de informações cadastrais, bem como outras atividades auxiliares aos serviços financeiros não especificados anteriormente, desde que relacionadas e compatíveis com a atuação de instituição de pagamento." (ii) Tendo em vista as deliberações acima aprovadas, os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social desta companhia, que passa a vigorar conforme **Anexo I** à presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata de Reunião da Assembleia Geral que, lida e aprovada pela unanimidade dos acionistas é assinada por todos os presentes. Certifico que a presente é cópia fiel da lavrada no livro próprio. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente – **Denis César Correia**; Secretário – **Tharik Camocardi de Moura. Acionistas: DMCore Holding Financeira S.A.**, representada por Denis César Correia e Tharik Camocardi de Moura e **Denis Cesar Correia. Diretores: Denis César Correia, Tharik Camocardi de Moura.** São José dos Campos, 30 de dezembro de 2025. **Mesa:** Denis Cesar Correia – Presidente da Mesa; Tharik Camocardi de Moura – Secretário da Mesa. **Acionistas:** Denis Cesar Correia; **DMCore Holding Financeira S.A.** Denis Cesar Correia – Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo I – Estatuto Social Consolidado. Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º** - A **DM Instituição de Pagamento S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto, aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; obter, junto a instituições financeiras, financiamento em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome deles; conceder fiança, assumindo os riscos do inadimplimento dos portadores de cartões perante as instituições financeiras; prestar serviços de administração do financiamento, de consultoria, planejamento e de treinamento relacionados a cartões de crédito; desenvolver e implantar sistemas de automação relacionados ao funcionamento de cartões de crédito; desenvolver e administrar programas de relacionamento entre consumidores, lojistas, indústrias e outras empresas de serviços, incluindo programas de fidelidade e incentivo, além da produção de materiais associados, como cartões personalizados e materiais de divulgação; prestar serviços de call center e teleatendimento; Atividades de cobrança e gestão de informações cadastrais, bem como outras atividades auxiliares aos serviços financeiros não especificados anteriormente, desde que relacionadas e compatíveis com a atuação de instituição de pagamento. **Parágrafo Único.** A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 235.200.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), dividido e 235.200.000 (duzentas e trinta e cinco milhões e duzentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único.** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. **Artigo 6º** - Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da respectiva deliberação para o exercício de preferência. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **Parágrafo Terceiro.** O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"). **Artigo 8º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. **Artigo 9º** - A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S/A, observados os quóruns previstos em lei e o Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo). **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 10º** - A administração da Companhia compete à Diretoria. **Artigo 11º** - Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 12º** - A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. **Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 13º** - A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 14º** - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. **Artigo 15º** - A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Planejamento de Risco de Crédito e um Diretor de Tecnologia, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 16º** - A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com Companhia. **Parágrafo Único.** A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e deverá conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que procurações ad judicium poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos neste Estatuto Social. **Artigo 17º** - Todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administração da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da acionista DMCARD PARTICIPAÇÕES S.A., devidamente arquivado na sua sede social ("**Acordo de Acionistas**"). sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticada em desacordo com referido Acordo de Acionistas. **Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 18º** - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo.** O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. **Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 19º** - O exercício social terá início 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 20º** - Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25 (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A. **Artigo 21º** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. **Parágrafo Único.** Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 22º** - A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **Parágrafo Único.** A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 23º** - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo IX – Das Disposições Finais. Artigo 24º** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qual modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. **Artigo 25º** - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com que preceitua a Lei das S/A. **Capítulo X – Da Arbitragem. Artigo 26º** - Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas da acionista DMCARD PARTICIPAÇÕES S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 64.854/26-7 em 22/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/01/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

